



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015**  
**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 31/2015**

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, através de sua Pregoeira, designado pela Portaria nº 311/2015, torna público que se acha aberta a licitação na modalidade **PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 31/2015**, do tipo **menor preço, por lote**, objetivando a aquisição do objeto constante do item 01 deste Edital.

Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes Anexos:

**I - Especificação do Objeto;**

**II - Declaração de cumprimento das condições de habilitação;**

**III - Declaração de cumprimento das condições de habilitação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;**

**IV – Modelo de Proposta de Preços.**

A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Portaria TCE-PE nº 342/2010, de 7 de dezembro de 2010, pela Portaria TCE-PE nº 411/2011, de 25 de novembro de 2011, e, no que couber, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A sessão pública de processamento do Pregão acontecerá no **dia 24 de setembro de 2015**, às 10 (dez) horas, na sala 402, da sede do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Edif. Dom Helder Camara, Rua da Aurora, 885, Recife - PE, e será conduzida pela pregoeira, com auxílio da equipe de apoio.

**As propostas de preços, eventualmente encaminhadas pelos Correios ou transportadoras, só serão consideradas para efeito de participação na presente licitação, quando recebidas pelo TCE-PE até a data e hora supra.**

## **1. OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente Pregão consiste na aquisição de 6 (seis) veículos automotores para utilização na fiscalização e 01 (um) veículo automotor para utilização na representação. Todos novos, com alienação simultânea de 7 (sete) veículos usados de propriedade do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), previamente avaliados, como parte do pagamento, conforme quadro a seguir e especificações constantes do Anexo I (Especificações do Objeto) a este edital:



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

VALOR PROPOSTO PARA OS VEÍCULOS NOVOS DO LOTE 1				
LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR ESTIMADO TOTAL R\$
1	Veículo para fiscalização proposto com especificações, marca, modelo, ano de fabricação e referência, em conformidade com o Anexo I	6	57.589,00	345.534,00
TOTAL (A)				345.534,00
VEÍCULOS DE FISCALIZAÇÃO A SEREM ALIENADOS (CORRESPONDÊNCIA COM O LOTE 1)				
ITENS	DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS USADOS : MODELO, ANO, PLACA, COMBUSTÍVEL, KM RODADOS, CHASSI	QTD	VALOR MÍNIMO PARA EFEITO DE ALIENAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.1	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PET9081, BICOMBUSTIVEL, 60.165 Km, chassi 9BD17350EC4373310.	1	22.121,40	22.121,40
1.2	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PET9231, BICOMBUSTIVEL, 56.335 Km, chassi 9BD17350EC4373305.	1	22.121,40	22.121,40
1.3	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PET8981, BICOMBUSTIVEL, 50.876 Km, chassi 9BD17350EC4373308.	1	22.121,40	22.121,40
1.4	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PET9141, BICOMBUSTIVEL, 103.403 Km, chassi 9BD17350EC4373309.	1	19.909,26	19.909,26
1.5	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PET7041, BICOMBUSTIVEL, 92.261 Km, chassi 9BD17350EC4373306.	1	19.909,26	19.909,26
1.6	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PER4981, BICOMBUSTIVEL, 55.787 Km, chassi 9BD17350EC4374462.	1	19.909,26	19.909,26
TOTAL (B)				126.091,98
VALOR ESTIMADO PARA EFEITO DE JULGAMENTO E PAGAMENTO (TOTAL A – TOTAL B)				219.442,02

VALOR PROPOSTO PARA OS VEÍCULO NOVO DO LOTE 2				
LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR ESTIMADO TOTAL R\$
2	Veículo para representação proposto com especificações, marca, modelo, ano de fabricação e referência, em conformidade com o Anexo I	1	111.121,00	111.121,00
TOTAL (A)				111.121,00
VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO A SER ALIENADO (CORRESPONDÊNCIA COM O LOTE 2)				
ITEM	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO USADO: MODELO, ANO, PLACA, COMBUSTÍVEL, KM RODADOS, CHASSI	QTD	VALOR MÍNIMO PARA EFEITO DE ALIENAÇÃO R\$	VALOR ESTIMADO TOTAL R\$
2.1	SORENTO EX CR3 2007, placa KIX3209, DIESEL, 55.298 Km, chassi KNAJC521885784876.	1	35.115,70	35.115,70
TOTAL (B)				35.115,70
VALOR ESTIMADO PARA EFEITO DE JULGAMENTO E PAGAMENTO (TOTAL A – TOTAL B)				76.005,30



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

- 1.2. Para os efeitos desta licitação, será considerado “veículo automotor novo” o veículo a motor de propulsão antes de seu registro e licenciamento vendidos por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante, nos termos da Deliberação CONTRAN nº 64, de 30 de maio de 2008, e Lei Federal nº 6.729/1979.
- 1.3. Os veículos, que serão alienados como parte do pagamento, ficarão à disposição das empresas interessadas, para inteirar-se das condições dos mesmos, na Divisão de Transporte – DITR, situada à Rua da Aurora, nº 885, no bairro da Boa Vista, Recife/PE.
- 1.4. Os licitantes interessados em verificar as condições dos veículos a serem alienados deverão agendar data e horário junto à Divisão de Transportes – DITR, por intermédio dos telefones (81) 3181-7692 ou 3181-7845, sempre de segunda à sexta-feira. A referida visita deverá ser realizada até às 12 (doze horas) do dia anterior a data da entrega das propostas.
- 1.5. A contratação do objeto da presente licitação será prestada diretamente pela empresa vencedora, vedada a cessão, a transferência ou a subcontratação, total ou parcial. Caso o veículo seja fornecido por uma das filiais da vencedora do certame, deverão ser habilitadas, matriz e filial.
- 1.6. O objeto deste Edital poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. ENVELOPES

- 2.1. Os envelopes contendo a **PROPOSTA** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** serão recebidos no endereço mencionado no preâmbulo deste edital, em sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.
- 2.2. As propostas de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em dois envelopes fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 31/2015

**Aquisição de 07 veículos novos com alienação simultânea de 07 veículos**

[Razão social da empresa licitante]

[Endereço, telefone e fax da empresa licitante]

**ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 31/2015

**Aquisição de 07 veículos novos com alienação simultânea de 07 veículos**

[Razão social da empresa licitante]

[Endereço, telefone e fax da empresa licitante]

## 3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

As despesas em decorrência do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

**ATIVIDADE:** 01.122.0991.4291.0000

**ELEMENTO:** 4.4.90.52

#### **4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 4.1.** Poderão participar desta licitação quaisquer licitantes que detenham atividade pertinente e compatível com seu objeto.
- 4.2.** Não poderão concorrer nesta licitação:
- a) empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;
  - b) empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;
  - c) empresas ou pessoas impedidas de licitar ou contratar com o Estado de Pernambuco;
  - d) pessoas enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;
  - e) pessoas físicas e entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação.
- 4.3.** Ao participar do presente certame, o licitante declara tacitamente que não emprega menor, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988.

#### **5. CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1.** Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- I- Tratando-se de representante legal do licitante**, registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, acompanhado da última alteração contratual, podendo ser substituído por consolidação contratual, devidamente registrados na Junta Comercial;
  - II- Tratando-se de procurador**, instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes para a prática de todos os atos de representação necessários à participação no certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea “a”, que comprovem os poderes do mandante para a outorga.
- 5.2.** O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 5.3.** Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado.
- 5.4.** As empresas interessadas em participar do certame que não apresentarem nenhum dos documentos referidos no subitem 5.1 não poderão ofertar lances, manifestar intenção de interposição de recurso ou praticar os demais atos pertinentes ao certame. Será considerada como única oferta a constante de sua proposta de preços (Envelope 01).



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- 5.5. Junto com o credenciamento, o licitante deverá apresentar **declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação**, podendo utilizar como modelo o estabelecido no **ANEXO II** ou **III** deste Edital.
- 5.6. A declaração referida no subitem 5.5 supra deverá ser apresentada fora dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação.
- 5.7. O licitante credenciado na forma do subitem 5.1 poderá elaborar a referida declaração na própria sessão.

## 6. COMPROVAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

- 6.1. A condição de **Microempresa (ME)**, de **Empresa de Pequeno Porte (EPP)** e de **Cooperativas**, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá, por ocasião do credenciamento, ser comprovada mediante:

### I – empresas **optantes pelo Sistema Simples de Tributação**:

- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

### II – empresas **não optante pelo Sistema Simples de Tributação**:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações;
- e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

- 6.2. Os documentos relacionados nos subitens 6.1 poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) DA Secretaria de Micro e Pequena empresa, vinculada à Presidência da República.

## 7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1. A proposta de preços deverá ser apresentada em uma via, com folhas numeradas e rubricadas, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada pelo representante legal do licitante.
- 7.2. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

- a) Razão Social e CNPJ, endereço, número telefone, fax e e-mail;
- b) Número do Processo Licitatório e do Pregão;
- c) Descrição do objeto da presente licitação, conforme item 1 (Do Objeto) deste Edital e seus anexos. A descrição das características do veículo deverá atender ao disposto no Anexo – I (Especificações do Objeto), informando a marca, o modelo e a referência, quando existirem. Todas as informações técnicas deverão ser comprovadas através de catálogos, prospectos ou outros informativos do fabricante do veículo ofertado;
- d) Preço do LOTE, em real, expresso em algarismo e por extenso. O preço do lote corresponde ao preço total dos veículos novos subtraídos do preço total ofertado pelos veículos usados (observada o valor mínimo de alienação dos veículos usados, conforme item 2 do Anexo I – Especificações do Objeto). Prevalecerá em casos de divergência entre o preço total do lote e o preço unitário, o valor ofertado como preço unitário, bem como em divergências entre o valor em algarismo e o valor por extenso, o valor por extenso;
- e) **Preço unitário por veículo novo e o preço unitário por veículo usado** de propriedade do TCE-PE (observada o valor mínimo de alienação dos veículos usados, conforme item 2 do Anexo I – Especificações do Objeto) e os **valores totais**;
- e.1) Na demonstração do preço, recomenda-se a utilização do Anexo IV (Modelo de Planilhas de Formação de Preços);**
- e.2) O valor total** da proposta corresponde à diferença entre o **preço total dos veículos novos** a serem fornecidos e o **preço total dos veículos usados** a serem entregues pelo TCE-PE como parte do pagamento;
- e.3) O preço dos veículos novos** corresponderá ao resultado da multiplicação do **preço unitário por veículo novo** pela quantidade a ser fornecida;
- e.4) O preço total dos veículos usados** corresponderá ao somatório dos **preços unitários por veículo usado, observados os limites de avaliação**;
- f) Garantia do fabricante dos veículos ofertados, que não poderá ser inferior a 1 (um) ano, para os veículos do **lote 1** e não inferior a 3 (três) anos para o veículo do **lote 2**, contados da data de entrega definitiva dos mesmos;
- g) Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega dos envelopes;
- h) Prazo de entrega de no máximo 60 (sessenta) dias corridos para os veículos do **lote 1** e 90 (noventa) dias para o veículo **do lote 2**, a contar da data do recebimento, pelo licitante vencedor, da CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.
- i) As despesas com a transferência dos veículos entregues como parte de pagamento deverão ocorrer por conta da Licitante vencedora de cada item no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento dos recibos de transferência dos veículos.
- 7.3.** No valor proposto deverão estar inclusos os custos necessários ao emplacamento dos veículos, transferência para o nome do TCE-PE e seguro obrigatório, bem como os valores para cobrir despesas com impostos, taxas e outras decorrentes do fornecimento.
- 7.4.** As características dos veículos propostos deverão ser comprovadas por intermédio de catálogo-





ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

gos, *folder* ou indicação de página eletrônica do fabricante dos mesmos.

- 7.5. Erros de natureza formal ou material, assim considerados as falhas presentes na proposta de preços que não impeçam a caracterização da oferta apresentada pelo licitante e sua adequação ao objeto desta licitação, não ensejarão a desclassificação.**
- 7.6. Para fins de contratação, não acarretando em desclassificação de proposta, solicita-se a juntada dos dados do responsável da empresa perante a futura contratação.**

## **8. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 8.1.** Os documentos exigidos nos subitens a seguir poderão ser apresentados em cópias reprográficas autenticadas por Tabelião de Notas ou por publicações em órgão da imprensa oficial. **As cópias reprográficas dos documentos também podem ser autenticadas pela pregoeira por ocasião da sessão pública de recebimento dos envelopes.**
- 8.2.** Os documentos emitidos via internet por órgãos ou entidades públicas e suas cópias reprográficas dispensam a necessidade de autenticações e, em caso de não apresentação ou deficiência nas informações constantes no documento apresentado, os mesmos poderão ser obtidos via internet durante a sessão.
- 8.3.** Para habilitação serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:
- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; em caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da última alteração contratual ou consolidação contratual, devidamente registrados na Junta Comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
  - b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (inclusive Certidão Negativa de Dívida Ativa da União, unificada ou não), Estadual e Municipal;
  - c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS (Certidão Negativa de Débito – CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
  - d) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública de processamento do pregão, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento;
  - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº 12.440/2011.
- 8.4.** A exigência de apresentação de quaisquer documentos elencados nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do **subitem 8.3** pode ser suprida pela apresentação do Certificado de Registro de Fornecedores, emitido pelo DECAF (Departamento de Cadastro de Fornecedores) da Diretoria de Contratos e Licitações, pertencente à Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, desde que no mesmo conste o documento em substituição no prazo de validade.
- 8.5.** Os documentos referenciados na alínea “a” do **subitem 8.3**, não precisarão constar do envelope “Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- 8.6.** Todos os documentos exigidos no **subitem 8.3** e o documento de substituição previsto no **subitem 8.4** deverão constar no envelope de habilitação.
- 8.7.** As microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas, eventualmente participantes da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. **A ausência de apresentação da documentação de regularidade fiscal será entendida como restrição à mesma, bem como tal irregularidade poderá ser verificada, pela pregoeira, na sessão por meio de consultas a sites oficiais.**
- 8.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de um desses licitantes a que se refere o **subitem 8.7** supra, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da constatação pela pregoeira da irregularidade, prorrogáveis por igual período, a critério do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 8.7.2.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 8.7.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para aceitabilidade final da proposta de preço, negociação e exame da habilitação.

## 9. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

- 9.1.** No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 9.2.** Finalizado o credenciamento não será mais admitido licitante ao certame.
- 9.3.** Após o credenciamento, os licitantes entregarão à Pregoeira a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, comprovação de preenchimento dos requisitos para os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso; e, em envelopes separados, a Proposta de Preços (ENVELOPE Nº 01) e os Documentos de Habilitação (ENVELOPE Nº 02).
- 9.4.** A Pregoeira examinará, com auxílio da equipe de apoio, a aceitabilidade inicial do menor preço e a compatibilidade do objeto proposto com o especificado no Edital, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.4.1.** A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
  - b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
  - c) que apresentem preço manifestamente inexequível.
- 9.5.** No tocante ao preço, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas.





**ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão de Licitação**

Fls. \_\_\_\_\_

cas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

- 9.6.** Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **menor preço, por lote**.
- 9.7.** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a)** Seleção das propostas com menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquele.
  - b)** não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
  - c)** no caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio para definição da sequência de lances, com a participação de todos os licitantes empatados.
- 9.8.** A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.
- 9.9.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances conforme quadro a seguir:

LOTE	REDUÇÃO MÍNIMA (R\$)
1	2.000,00
2	750,00

- 9.10.** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances. A Pregoeira fará, então, a classificação das propostas dos licitantes que efetuaram lances ou não, na ordem crescente de valores.
- 9.11.** Encerrada a fase de lance, a Pregoeira verificará a existência do direito de preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, adotando-se os seguintes procedimentos:
- 9.11.1.** Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances conforme quadro a seguir:
  - 9.11.2.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.
  - 9.11.3.** Verificado o empate na forma do subitem 9.11.2, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão de Licitação**

Fls. \_\_\_\_\_

àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

- 9.11.4.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 9.11.5.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 9.11.3 deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 9.11.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.11.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.11.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.11.7.** Na hipótese da não contratação de micro ou pequenas empresas nos termos previstos nos subitens 9.11.1 e 9.11.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente de menor preço.
- 9.12.** A aceitabilidade final será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, observados os valores constantes no item 1 deste Edital.
- 9.13.** A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 9.14.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 9.15.** A verificação da habilitação será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 9.16.** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação da habilitação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.
- 9.17.** Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor da licitação.
- 9.18.** Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor da licitação.
- 9.19.** Declarado o vencedor, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se, então, o prazo de 3 (três) dias consecutivos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- 9.20.** A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 9.21.** Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 9.22.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.
- 9.23.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.24.** Durante os trabalhos de julgamento das propostas ou da habilitação, a Pregoeira poderá suspender a reunião para promover diligências acerca de dúvidas que não possam ser sanadas de imediato.
- 9.25.** Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

## 10. ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 10.1.** O objeto desta contratação deverá ser entregue no prazo de até 60 (sessenta) dias para os veículos do **lote 1** e de até 90 (noventa) dias para o veículo do **lote 2**, a contar da data do recebimento da comunicação, pelo licitante vencedor, da carta de autorização de fornecimento ou da nota de empenho da despesa.
- 10.2.** O objeto desta licitação será recebido, acompanhado dos Certificados de Garantia e dos Manuais Técnicos:
- a)** Provisoriamente, pela Divisão de Transporte – DITR, para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações, na Rua da Aurora, nº 885, no bairro da Boa Vista, Recife/PE;
- b)** Definitivamente, pela Divisão de Patrimônio – DIPA, após a verificação das especificações e da conformidade do produto com as propostas apresentadas.
- 10.3.** Os veículos deverão ser entregues em perfeito estado e com plenas condições de uso.
- 10.4.** Os veículos de propriedade do TCE-PE, a serem dados como parte do pagamento, só serão entregues ao licitante vencedor após o recebimento definitivo.

## 11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1.** Para agilizar o pagamento, solicita-se que todos os licitantes realizem cadastramento junto a SAD-PE (Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco), no sistema “E-fisco”. O Cadastro no sistema “E-fisco” não terá efeito sobre a habilitação ou a proposta de preços.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

- 11.2. A não realização do cadastramento, a que se refere o subitem anterior, ou sua atualização, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da homologação do certame, será considerado como desistência da proposta, sujeitando o licitante vencedor sanções decorrentes deste comportamento.**
- 11.3.** Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias corridos, após a apresentação da nota fiscal/fatura eletrônica, recebimento definitivo do objeto, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e atesto da Divisão de Transportes (DITR) do TCE-PE, após devidamente atestada a conformidade do objeto licitado com o discriminado na respectiva nota fiscal.
- 11.4.** O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.
- 11.5.** As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e pagamento sejam efetivados exclusivamente em favor da CONTRATADA.
- 11.6.** O pagamento será feito por meio de ordem bancária emitida pelo Sistema Corporativo “E-fisco”, mantido pelo Estado de Pernambuco, exclusivamente para crédito direto em conta corrente informada pela CONTRATADA e previamente cadastrada ou mediante boleto de cobrança bancária. Caso a CONTRATADA opte por depósito em conta corrente mantida em instituição bancária diferente da Caixa Econômica Federal, detentora da Conta Única do Estado de Pernambuco, esse banco descontará do valor pago, como receita sua, a importância de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) a título de tarifa de transferência de fundos (DOC ou TED, conforme o caso), de acordo com o contrato firmado entre aquela instituição bancária e o Estado de Pernambuco.
- 11.7.** O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
- 11.8.** Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

## **12. FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA**

A entrega será fiscalizada por responsável designado pelo Tribunal de Contas, que anotará em sistema próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas, ou ainda, a recusa do licitante vencedor em saná-las no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

## **13. PENALIDADES**

- 13.1.** O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e Portaria TCE-PE nº 342/2010, de 7 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, em 8 de dezembro de 2010.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão de Licitação**

Fls. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**13.2.** O Coordenador de Administração Geral representará ao Diretor Geral sempre que verificar indícios de cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo.

**13.3.** As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:

**I -** multa, observados os seguintes limites máximos:

- a) pelo atraso na execução do objeto contratual, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;
- b) pela recusa na execução do objeto contratual, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 1% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- c) pela demora em refazer a execução do objeto contratual rejeitada ou corrigir falhas no mesmo, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;
- d) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na execução do objeto contratual, entendendo-se como recusa a não correção de falhas nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
- e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nºs 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou no Instrumento Convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento.

**II -** impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e descredenciamento do sistema de cadastro estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**13.4.** A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:

**I -** atraso injustificado na execução do contrato;

**II -** inexecução total ou parcial do contrato.

**13.5.** O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias.

**13.6.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.

**13.7.** Objetivando evitar dano ao Erário, o Diretor Geral poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

**13.8.** A competência para a aplicação das sanções é atribuída às seguintes autoridades:



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão de Licitação**

Fls. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**I -** Presidente do TCE-PE: impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e descredenciamento do sistema de cadastro estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**II -** Diretor Geral: multa.

**13.9.** As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.

**13.10.** Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

## **14. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.2.** Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Poderão ser utilizados fax [(81) 3181-7611], e-mail ([coli@tce.pe.gov.br](mailto:coli@tce.pe.gov.br)) ou entrega na Sede do TCE-PE. As respostas a tais esclarecimentos serão disponibilizadas exclusivamente na página deste Tribunal na internet ([www.tce.pe.gov.br](http://www.tce.pe.gov.br) no link \Transparência\Licitações\Anexos a Editais e Respostas a Esclarecimentos e Impugnações).

**14.3.** A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 2 (dois) dias úteis.

**14.4.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**14.5.** Caso não seja realizada na sessão pública, o licitante vencedor deverá adequar sua proposta ao seu lance ou negociação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados, da data da realização do pregão. A não apresentação ensejará aplicação das penalidades legalmente prevista, bem como na sua desclassificação.

**14.6.** A homologação do presente certame e outros atos que tenham publicação obrigatória na imprensa oficial serão divulgados no **Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**.

**14.7.** Os demais atos pertinentes a esta licitação serão publicados na página deste Tribunal na internet ([www.tce.pe.gov.br](http://www.tce.pe.gov.br) no link \Transparência\Licitações\Anexos a Editais e Respostas a Esclarecimentos e Impugnações) e facultativamente no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

**14.8.** Após a publicação da homologação do certame, os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes ficarão à disposição para retirada na sala da Comissão de Licitação, localizada na sala 402 - 4º Andar do edifício sede deste Tribunal, situado na Rua da Aurora 885, Bairro da Boa Vista, Cidade do Recife, pelo prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual serão destruídos.

**14.9.** Caso o adjudicatário não compareça para receber a nota de empenho ou assinar o contrato, no





**ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão de Licitação**

Fls. \_\_\_\_\_

prazo de 5 (cinco) dias corridos do recebimento do aviso da homologação, ou, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não apresentar situação regular, o Tribunal de Contas poderá convocar, para substituir a empresa vencedora, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições de suas propostas, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

- 14.10.** O vencedor deverá, durante a execução contratual, manter as condições de habilitação apresentadas na licitação.
- 14.11.** O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 14.12.** O Edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço: **www.tce.pe.gov.br** no link \Transparência\Licitações\Em Andamento, e ainda, poderá ser consultado e/ou retirado na sala da Comissão de Licitação, que prestarão todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados neste Pregão, estando disponíveis para atendimento nos dias úteis, das 8:00 às 12:00 horas, no edifício sede do Tribunal de Contas, localizado na Rua da Aurora, nº 885, 4º andar, Sala 402, Bairro da Boa Vista, nesta Cidade ou pelo telefone (81) 3181-7694 e fax (81) 3181-7611. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas exclusivamente no endereço eletrônico do TCE-PE mencionado no **item 14.7**.
- 14.13.** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira.
- 14.14.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Pernambuco.

Recife, 14 setembro de 2015.

**Neluska Gusmão de Mello Santos**  
Pregoeira



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

ANEXO I  
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

**1 - OBJETO**

**1.1.** O objeto desta licitação é a aquisição de 07 (sete) veículos automotores novos com alienação simultânea de 07 (sete) veículos usados de propriedade do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), previamente avaliados, como parte do pagamento, conforme quadro a seguir e especificações:

LOTE	QUANTIDADE	MATERIAL	PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA
1	06	Veículo de Fiscalização	60 dias
2	01	Veículo de Representação	90 dias

**1.2.** Especificações dos veículos:

**Lote 01 – Veículo de Fiscalização**

- I-** Veículo tipo Perua mínimo 1.6;
- II-** Capacidade para 05 passageiros;
- III-** Zero quilômetro (primeiro emplacamento para o TCE/PE);
- IV-** Ano de Fabricação: 2015;
- V-** Modelo: 2015 ou mais recente, se disponível;
- VI-** Cor: Branca;
- VII-** Bicombustível: Álcool, Gasolina ou mistura dos dois em qualquer proporção;
- VIII-** Cinco portas, sendo quatro para passageiros e uma no porta-malas;
- IX-** Ar-condicionado, original instalado de fábrica;
- X-** Direção hidráulica ou elétrica, original instalada de fábrica;
- XI-** Trava elétrica das portas e porta-malas, original instalada de fábrica;
- XII-** Som AM/FM estéreo, com CD player, instalado inclusive antena externa e kit com 4 (quatro) alto falantes;
- XIII-** Air-bag duplo (motorista e passageiro dianteiro);
- XIV-** Freios com sistema ABS (*Anti-lock Braking System*);
- XV-** Relação peso /potência (álc) máxima 11,00 kg/cv (ABNT);
- XVI-** Comprimento mínimo de 400 cm;
- XVII-** Largura mínima de 160 cm, excluindo os retrovisores;
- XVIII-** Porta-malas com capacidade mínima de 420 litros (assentos traseiros na posição normal);
- XIX-** Tanque com capacidade mínima para 50 litros de combustível;
- XX-** Garantia ampla de, pelo menos, um ano, sem limite de quilometragem;
- XXI-** Jogo de tapetes;
- XXII-** Friso lateral de proteção;
- XXIII-** Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão de Licitação**

Fls. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Lote 02 – Veículo de Representação**

- I-** Veículo tipo SUV mínimo 2.0;
- II-** Capacidade para 05 passageiros;
- III-** Zero quilômetro (primeiro emplacamento para o TCE/PE);
- IV-** Ano de Fabricação: 2015;
- V-** Modelo: 2015 ou mais recente, se disponível;
- VI-** Cor: Preta;
- VII-** Gasolina ou Bicombustível;
- VIII-** Cinco portas, sendo quatro para passageiros e uma no porta-malas;
- IX-** Ar-condicionado, original instalado de fábrica;
- X-** Direção hidráulica ou elétrica, original instalada de fábrica;
- XI-** Vidros e travas elétricas das portas e porta-malas, original instalada de fábrica;
- XII-** Som AM/FM estéreo, com CD *player*, instalado inclusive antena externa e kit com 4 (quatro) alto-falantes;
- XIII-** No mínimo, Air-bag duplo (motorista e passageiro dianteiro);
- XIV-** Barras de proteção lateral nas portas dianteira e traseira;
- XV-** Alarme antifurto;
- XVI-** Retrovisores externos com ajuste elétrico;
- XVII-** Encostos de cabeça nos bancos dianteiros e traseiros;
- XVIII-** Transmissão manual ou automática;
- XIX-** Freios com sistema ABS (*Anti-lock Braking System*);
- XX-** Rodas de liga leve;
- XXI-** Relação peso /potência (álc) máxima 10,50 kg/cv (ABNT);
- XXII-** Comprimento mínimo de 440 cm;
- XXIII-** Largura mínima de 185 cm, excluindo os retrovisores
- XXIV-** Porta-malas com capacidade mínima de 500 litros (assentos traseiros na posição normal);
- XXV-** Tanque com capacidade mínima para 55 litros de combustível;
- XXVI-** Garantia ampla de, pelo menos, três anos, sem limite de quilometragem;
- XXVII-** Jogo de tapetes;
- XXVIII-** Friso lateral de proteção;
- XXIX-** Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN.

1.3 Para os efeitos desta licitação, será considerado “veículo automotor novo” o veículo a motor de propulsão antes de seu registro e licenciamento vendidos por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante, nos termos da Deliberação CONTRAN nº 64, de 30 de maio de 2008, e Lei Federal nº 6.729/1979.

1.4 Os veículos, que serão alienados como parte do pagamento, ficarão à disposição das empresas interessadas, para inteirar-se das condições dos mesmos, na Divisão de Transporte – DITR, situada à Rua da Aurora, nº 885, no bairro da Boa Vista, Recife/PE.

1.5 A contratação do objeto da presente licitação será prestada diretamente pela empresa vencedora, vedada a cessão, a transferência ou a subcontratação, total ou parcial. Caso o



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

veículo seja fornecido por uma das filiais da vencedora do certame, deverão ser habilitadas, matriz e filial.

1.6 As despesas com a transferência dos veículos entregues como parte de pagamento deverão ocorrer por conta da Licitante vencedora de cada item **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento dos recibos de transferência dos veículos.**

1.7 O objeto deste Edital poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2 - ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS COMO PARTE DO PAGAMENTO

2.1. Parte do pagamento será dada na forma de alienação de veículos de propriedade do TCE-PE, conforme tabela abaixo. Os valores de alienação dos veículos foram obtidos pela comissão de avaliação de bens e imóveis do TCE-PE.

LOTE	VEÍCULO	ANO	PLACA	COMBUSTÍVEL	*Km rodados	CHASSI	VALOR DE AVALIAÇÃO
1	PALIO WEEK TREKKING	2012	PET9081	BICOMBUSTIV EL	60.165	9BD17350EC4373310	R\$22.121,40
	PALIO WEEK TREKKING	2012	PET9231	BICOMBUSTIV EL	56.335	9BD17350EC4373305	R\$22.121,40
	PALIO WEEK TREKKING	2012	PET8981	BICOMBUSTIV EL	50.876	9BD17350EC4373308	R\$22.121,40
	PALIO WEEK TREKKING	2012	PET9141	BICOMBUSTIV EL	103.403	9BD17350EC4373309	R\$19.909,26
	PALIO WEEK TREKKING	2012	PET7041	BICOMBUSTIV EL	92.261	9BD17350EC4373306	R\$19.909,26
	PALIO WEEK TREKKING	2012	PER4981	BICOMBUSTIV EL	55.787	9BD17350EC4374462	R\$19.909,26
TOTAL LOTE 01							R\$126.091,98
2	SORENTO EX CR3	2007	K1X3209	DIESEL	55.298	KNAJCS21885784876	R\$35.115,70
	TOTAL LOTE 02						R\$35.115,70

\*Quilometragem aferida em julho/15

2.2. Os valores de avaliação correspondem ao valor mínimo aceitável para alienação dos veículos a serem dados como parte do pagamento, para aquisição dos veículos novos.

## 3 – GARANTIA

3.1. As condições de garantia deverão incluir a substituição do veículo se no período de 30 (trinta) dias após a entrega apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela constante necessidade de manutenção corretiva. Durante o prazo da substituição ora prevista, deverá ser colocado pelo licitante vencedor outro veículo com as mesmas características à disposição do TCE-PE.

3.2. A garantia do fabricante dos veículos ofertados não poderá ser inferior a 1(um) ano para o **lote 01** e 3 (três) anos para o **lote 02**, contados da data de entrega definitiva dos mesmos.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão de Licitação**

Fls. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

Ao

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Ref.: PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 31/2015

Prezados Senhores,

Declaramos sob as penas da lei e para os fins requeridos no Inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

---

**(Empresa e assinatura do responsável legal)**



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**Comissão de Licitação**

Fls. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO  
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ao

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Ref.: PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 31/2015

Prezados Senhores,

Declaramos sob as penas da lei e para os fins requeridos no Inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, que esta empresa é uma microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, que não há nenhum dos impedimentos previsto nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, e que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

---

(Empresa e assinatura do responsável legal)





ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

ANEXO IV

MODELO DE PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_ e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, para o fornecimento de veículos e a compra simultânea de outros de propriedade do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, conforme estabelecido no **Pregão (presencial) nº 31/2015**, conforme modelo de proposta abaixo:

VALOR PROPOSTO PARA OS VEÍCULOS NOVOS DO LOTE 1				
LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	<i>Inserir a descrição do veículo para fiscalização proposto com especificações, marcar, modelo, ano de fabricação e referência.</i>	6		
TOTAL A				
VEÍCULOS DE FISCALIZAÇÃO A SEREM ALIENADOS (CORRESPONDÊNCIA COM O LOTE 1)				
ITENS	MODELO, ANO, PLACA, COMBUSTÍVEL, KM RODADOS, CHASSI	QTD	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO PARA EFEITO DE ALIENAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL R\$
1.1	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PET9081, BICOMBUSTIVEL, 60.165 Km, chassi 9BD17350EC4373310.	1		
1.2	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PET9231, BICOMBUSTIVEL, 56.335 Km, chassi 9BD17350EC4373305.	1		
1.3	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PET8981, BICOMBUSTIVEL, 50.876 Km, chassi 9BD17350EC4373308.	1		
1.4	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PET9141, BICOMBUSTIVEL, 103.403 Km, chassi 9BD17350EC4373309.	1		
1.5	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PET7041, BICOMBUSTIVEL, 92.261 Km, chassi 9BD17350EC4373306.	1		
1.6	PALIO WEEK TREKKING 2012, placa PER4981, BICOMBUSTIVEL, 55.787 Km, chassi 9BD17350EC4374462.	1		
TOTAL B				
TOTAL DO LOTE 01 (TOTAL A – TOTAL B)				



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

Comissão de Licitação

Fls. \_\_\_\_\_

VALOR PROPOSTO PARA O VEÍCULO NOVO DO LOTE 02				
LOTE	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
2	<i>Inserir a descrição do veículo para representação proposto com especificações, marcar, modelo, ano de fabricação e referência.</i>	1		
TOTAL A				
VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO A SER ALIENADO (CORRESPONDÊNCIA COM O LOTE 2)				
ITEM	MODELO, ANO, PLACA, COMBUSTÍVEL, KM RODADOS, CHASSI	QTD	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO PARA EFEITO DE ALIENAÇÃO R\$	VALOR PROPOSTO R\$
2.1	SORENTO EX CR3 2007, placa KIX3209, DIESEL, 55.298 Km, chassi KNAJC521885784876.	1		
TOTAL B				
TOTAL DO LOTE 02 (TOTAL A – TOTAL B)				

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

**Observação:**

O licitante, além de informar a marca, o modelo e os opcionais inclusos, ao especificar as características dos veículos ofertados, deverá, sempre que possível, juntar *folder* ou catálogo do fabricante dos mesmos ou ainda indicar endereço eletrônico com o fim de comprovar a compatibilidade dos mesmos com os requisitos do edital.

Independentemente do conteúdo da proposta apresentada pelo licitante, o TCE-PE reserva-se no direito de realizar diligências para se assegurar das reais características dos veículos ofertados.